



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DE

24/09/2015

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1º Secretário e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.^a Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).**-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º. 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):**-----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **PONTO DOIS: Aprovação, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do art.º. 33º. do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do alargamento da área geográfica do Município de Mira no Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro.**-----

----- **PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos da alínea k), do n.º. 1, do art.º. 25º., do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do reconhecimento de Interesse Público Municipal de exploração de pecuária.**-----

----- **PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º, 1 do art.º. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 2º. revisão orçamental e 2ª. revisão às GOP's – Ano de 2015.**-----

----- **PONTO CINCO: Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º e n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro, da taxa de**



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2016.-----

----- **PONTO SEIS: Tomada de conhecimento e de posição relativamente ao Relatório do Procº. de Inspeção nº. AOT/11/14 - IGAMAOT, nos termos do nº. 2 do artº.35º., em articulação com a alínea g) do nº. 2 do artº. 25º., ambos do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----

----- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e o Vereador Sr. Nelson Teixeira Maltez.-----

-----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

----- Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Dr.ª Ana Maria Laranjeiro da Silva, João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz e dos Carapelhos, Gabriel Miranda de Pinho.-----

----- **FALTAS**-----

-----Verificaram-se as faltas da Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Prof.ª Zélia Domingues Morais e Dr. Francisco Daniel Soares Reigota.-----

----- **HORA DE ABERTURA:**-----

----- Os trabalhos tiveram início às dezassete horas e trinta minutos, tendo sido



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

declarada aberta a sessão pelo Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e informou os mesmos de que se iria proceder às audições públicas.-----

---- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

---- Interveio o Sr. Vitor Madail, Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, que solicitou autorização para proceder à distribuição pelos presentes de uma carta circular, contendo anexa cópia de documento de trabalho elaborado pela referida Associação e, em devido tempo, presente aos membros do Executivo Municipal e que continha um pedido de apoio, designadamente apoio monetário, traduzido na celebração de um protocolo, com vista ao financiamento da peticionária, pelos serviços realizados por todo o concelho, como garante da segurança para todos os munícipes. -----

----- Disse que os Bombeiros atualmente tinham novas carências, desde logo a nível do equipamento, tendo-se procurado modernizar a Associação e introduzir novas valências, o que obrigava a mais despesas, quer a nível humano, quer a nível de meios materiais, pelo que era necessária ajuda. Nesse sentido, tinha havido reunião com o Executivo Municipal, no passado dia 18 de julho, com vista à celebração de um protocolo para assegurar uma verba mensal, uma vez que, presentemente, os Bombeiros não podiam andar sempre “de saco na mão”, muito embora pudessem haver peditórios pontuais, designadamente quando se pretendia adquirir, por exemplo, uma ambulância, mas tinha que existir uma verba que assegurasse o serviço sistematicamente prestado, como era o caso do apoio às praias, assim como o funcionamento da central que, presentemente, era profissionalizada e contava com o serviço de cinco profissionais, durante



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e quatro horas, garantindo resposta e assegurando o seguimento das situações urgentes.-----

----- Acrescentou que havia muitas associações no concelho, mas que a Associação Humanitária dos Bombeiros deveria ser vista com outros olhos, porque era um bem de todos e era para todos. Disse que gostaria que aquele projeto dos Bombeiros tivesse acolhimento unânime por parte da Assembleia Municipal, porque deveria ser um projeto de todos, desde logo dos representantes de todos os Mirenses e que não via ninguém que pudesse ser contra os Bombeiros e estes precisavam da ajuda de todos, em bens, em materiais e até mesmo em ideias.-----

----- Acrescentou que naquela associação eram processados vinte e seis salários, o que era considerável, e que se fosse conseguida a celebração de protocolo, os mesmos seriam mantidos.-----

-----Em suma, disse que o que se pretendia era que fosse assinado um protocolo, que respondesse às necessidades da Associação e para o bem de todos.-----

---- Intervenção do Sr. **Presidente da Câmara Municipal** (RESPOSTA AO MUNÍCIPE):-----

----O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para, em primeiro lugar, cumprimentar a todos os presentes e, de seguida, agradecer a presença do Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Mira.-----

----- Lembrou que no ano de 2014 tinha sido despendida uma verba de cerca de 80.000,00 € (50.000,00 € em apoios correntes e 30.000,00 € em apoios de capital), como forma de ajudar a Associação.-----

----- Para além disso, realçou a continuidade de apoio prestado a nível de aquisição de ambulância, de um barco, nas EIP (Equipas de Intervenção Permanente), etc.-----



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente à celebração de protocolo, informou que estava ser estudada a forma de apoio, que era apenas uma questão do montante necessário e que iria ser acautelada a inscrição das verbas no orçamento para o próximo ano de 2016, ficando estipulada a ajuda que iria ser disponibilizada pela Autarquia.-----

----- A finalizar, disse que os Bombeiros Voluntários faziam um trabalho excelente e que, como responsável máximo da Proteção Civil local, estava perfeitamente descansado com o trabalho que era feito, no âmbito da Proteção Civil. Disse ainda que, nessa matéria, era também de referir o trabalho desenvolvido pelos Senhores Presidentes de Junta, em conjunto com o Serviço Municipal de Proteção Civil.-----

----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).-----

----**APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2015**-----

----Seguidamente, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que se passasse à votação da ata n.º 3, de 30 de junho de 2015, a qual foi submetida à apreciação do plenário com vista à sua aprovação.-----

---- Não se verificando intervenções, foi submetida a votação a ata n.º 3, de 30 de junho de 2015, a qual **foi aprovada por unanimidade**.-----

----- De seguida, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente recebido, designadamente um convite para participação na “Municipália – 18ª. Feira Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais”, a decorrer de 13 a 16 de outubro, em Lleida – Espanha. -----

----Seguidamente, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----- Interveio o Sr. **Gabriel Miranda Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Carapelhos que quis saber, em termos de orçamento participativo, qual tinha sido o projeto vencedor e manifestou-se contra, porquanto da maneira como era trabalhado, calhava praticamente sempre aos mesmos sítios e, como não havia qualquer informação, pretendia ser informado quem tinha sido contemplado este ano com a verba de 50.000,00 €. Mais, perguntou se já tinha sido paga a verba respeitante ao ano passado.-----

----- Falou, a seguir, na quantidade enorme de lixo colocada nos contentores, designadamente laranjas podres, relva, corte de sebes, etc. e sugeriu que a Câmara Municipal procedesse à colocação de avisos no sentido de chamar a atenção das pessoas para a proibição de depositar tais resíduos nos contentores. Informou que a empresa “Leal & Soares” recebia os resíduos provenientes de cortes de árvores e outros, pelo que poderia evitar-se despesas maiores com a recolha dos resíduos, para além de que o lixo orgânico, muitas das vezes, ficava fora dos contentores por estes se encontrarem cheios, tal era a quantidade dos outros resíduos que neles era colocada.-----

----- Depois, perguntou quanto tinha sido gasto com a realização das Festas de S. Tomé e afirmou que, como era sabido por todos, eram as únicas festas pagas na totalidade pela Câmara Municipal, por isso estava contra, porquanto todas as restantes festas das aldeias eram pagas pelas próprias populações, só as festas do Concelho é que não eram. Mais disse que, na sua opinião, a noite dos artistas deveria ter entradas pagas, ou então recorria-se a artistas “caseiros”, pois era para si um contrassenso que continuassem a existir pessoas a viver na lama e com estradas em terra batida, uma grande parte do concelho sem saneamento e sem passeios, enquanto que se continuava a fazer festas gratuitas, o que era lamentável. Disse ainda que outras localidades, como Cantanhede, que tinha subido o preço dos bilhetes e Albufeira, onde tinham acabado com o lançamento de foguetes, estavam a reduzir custos e em Mira continuava a ser tudo grátis.---



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio, de seguida, o Sr. Eng.º **André Frederico Guilhoto Monteiro** (MAR) referindo-se ao Orçamento Participativo para dizer que tinha achado que este ano tinha sido menos divulgado mas tinha havido mais transparência no processo. Solicitou que fosse dado conhecimento a todos da ata da Comissão da Análise Técnica das propostas, para que todos ficassem conhecedores dos resultados. Referiu que a Comissão tinha feito algumas recomendações, tais como haver mais divulgação e ainda que a votação não ocorresse em agosto, para permitir mais participação.-----

----- Reportou-se, depois, à época balnear e à necessidade de ser feito um balanço, agora que a mesma tinha terminado e ainda antes de ser feita a preparação da época balnear do próximo ano.-----

----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) começou por cumprimentar e saudar todos os presentes e, a seguir, referir o momento de campanha eleitoral referente às próximas eleições legislativas que se aproximavam. Disse que se devia tratar de um momento de festa da democracia, um momento de convívio com as diferenças, de afirmação dessas diferenças, um tempo de esclarecimento das propostas, de verdade, um tempo cívico e devia também ser um tempo que em que cidadãos tinham o dever de exigir aos candidatos que fossem claros nas suas propostas, que não enganem as pessoas e que tenham respeito pela inteligência dos Portugueses. Citou o Profº. Barbosa de Melo, que dizia que o Povo Português era sábio e castigava habitualmente aqueles que iludiam a verdade. Disse que também acreditava que o Povo Português era sábio e apelou a que todos exercessem o direito de voto, de forma esclarecida e serena e que o voto de cada um pudesse servir para um melhor futuro para Portugal e para os Portugueses.-----

----- Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que realçou, no que respeita ao Orçamento Participativo, a preciosa ajuda dada pelo Sr. Engº. André Monteiro,



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na qualidade de Técnico de Informática, nomeadamente para que o processo tivesse sido mais claro e sem as dúvidas que tinham surgido no ano anterior. --

-----Prosseguiu e disse que na Comissão de Análise Técnica das Propostas, em reunião realizada em 3 de setembro, presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Sr. Nelson Maltez, tinha sido aprovada unanimemente uma recomendação no sentido da alteração do regulamento e também a antecipação do período da votação, de forma a não ser coincidente com o período de férias. Lamentou que alguns projetos não tivessem merecido votação, o que significa que nem os próprios proponentes tinham votado no projeto apresentado e salientou o projeto vencedor, apresentado pelo Centro Social Paroquial do Seixo, com um total de 468 votos, sendo que se tinham registado cerca de 160 votantes de forma presencial.-----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Mário Ribeiro Maduro, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção respondendo ao Sr. Gabriel Pinho, a propósito do Orçamento Participativo. Em primeiro lugar, agradeceu ao Sr. Engº. André Monteiro, os contributos dados, designadamente a nível de informática, bem como os contributos dados pelos restantes membros da Comissão, permitindo que, no presente ano, tivessem sido introduzidos melhorias significativas, sobretudo em termos da forma de votação. Reconheceu que havia ainda aspetos a melhorar, como era o caso do período para votação, ao nível de divulgação, ao nível da participação e do contributo que deveria ser dado por todas as forças políticas ali representadas.-----

----- Reafirmou que o projeto ganhador tinha sido o do Seixo, tendo ficado em 2º. lugar o projeto do Cabeço. Relativamente ao projeto vencedor do ano



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passado, disse que já tinha havido conversações com o Centro Paroquial e que já tinha sido contactado um técnico para elaborar o projeto, estando já a ser dados os passos para se concretizar, pese embora houvesse ainda que ultrapassar uma questão que se prendia com a RAN.-----

----- Relativamente à recolha de resíduos, disse que iria ser acatada a sugestão dada pelo Sr. Gabriel Pinho, no sentido de ser feita alguma educação ambiental. Disse também que tudo isso já estava previsto na revisão orçamental que ali estava para ser submetida a aprovação, por estar a ser preparada uma candidatura no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio “Portugal 2020”, que incluía a rede de recolha de resíduos e um outro projeto que estava a ser feito junto aos armazéns para um centro de recolha de resíduos, assim como também para aquisição de contentores tipo “molok”, sendo que a parte de educação ambiental era muito valorizada nos processos de candidatura, desde logo com ações de sensibilização junto das escolas, etc.-----

-----Quanto às festas de S. Tomé, disse que tinha sido aprovado pelo Executivo um apoio no valor de 75.000,00 € e que estava em fase de encerramento das respetivas contas, para depois ser apresentado o saldo final. -----

----- Quanto à questão da época balnear, disse que muita coisa havia ainda a melhorar, apesar de terem já sido feitas algumas melhorias. Relatou a presença de muitos veraneantes na Praia de Mira neste verão e realçou o facto de alguns dos turistas terem escolhido a Praia de Mira para destino de férias, designadamente Espanhóis, após divulgação feita na feira de Gijón em que a Câmara Municipal de Mira tinha estado presente e tinha levado alguns hoteleiros locais, o que lhe dava muita satisfação e era um sinal de que o objetivo traçado aquando da decisão de participar naquele tipo de certame, tinha sido alcançado.

----De seguida, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as habituais intervenções.-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. Dr.^a **Ana Maria Laranjeiro** (MAR), que fez uma sugestão no sentido de ser alterada a sinalização rodoviária na Rua do Chãozinho, na Vila de Mira, designadamente no acesso à Rua Raul Brandão, uma vez que não era respeitada a sinalização existente, provavelmente porque os sinais de sentido proibido não estavam bem visíveis e a situação provocava alguns constrangimentos de trânsito, pelo que achava que era necessário que fosse feito o reforço da sinalização naquela rua.-----

----- Seguiu-se a intervenção do Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que disse que tinham já passado dois anos após as eleições autárquicas, pelo que o atual mandato estava sensivelmente a meio, relativamente ao próximo ato eleitoral. Afirmou que reconhecia no Executivo o desenvolvimento de esforços na prossecução de toda a atividade que tem sido desempenhada, fosse de interesse público ou não, mas havia algo de que gostaria de lançar o repto, no sentido de que fosse promovido o desenvolvimento do turismo todo o ano, tal como era perspetivado no programa eleitoral do PSD. Reconheceu que, a nível do turismo de sol e praia, se tinha verificado uma boa afluência de turistas, muito por causa da aposta na divulgação que o Executivo com presença em feiras de turismo e eventos do género, no entanto, no que respeitava ao resto do ano, Mira não tinha ainda a capacidade atrativa que se impunha. Referiu-se a uma obra que considerou muito meritória, os passadiços do Rio Paiva e afirmou que o mesmo já poderia também existir em Mira, já tinha havido projetos semelhantes para o Concelho de Mira, já existiam passadiços na Praia e na Lagoa, os quais englobavam a pista pedonal e disse que seria interessante que fosse criada uma rede de passadiços, aproveitando até o “Portugal 2020”, por forma a rentabilizar mais os meses de inverno, altura em que a praia e o sol não traziam turismo a Mira. Aquela rede seria facilmente construível, dado o bem-estar ambiental existente e seria um fator de atratividade para os turistas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mostrou-se contente com o resultado das análises das águas da lagoa de Mira e Barrinha, facultadas pela Sr^a. Delegada de Saúde, Dr^a. Alice Melo, a quem dirigiu um agradecimento e lembrou que, enquanto criança, tinha tomado banho naquelas águas, sendo agora importante que as mesmas pudessem, de novo, ser utilizadas como águas balneares e afirmou que seria importante que fosse dado o 1^o. passo que passaria pela realização de mais análises, com mais regularidade, já que, segundo sabia, por questões de constrangimento financeiro, nos últimos três anos, apenas tinha sido feita uma análise, pelo que o Executivo deveria promover que as mesmas fossem feitas com mais regularidade.-----

----- Relativamente à questão do lixo, ali já abordada pelo Sr. Gabriel Pinho, disse que, de facto, era uma vergonha e a solução não passava apenas pela afixação de avisos, mas sim pela responsabilização direta das pessoas que praticavam atitudes menos corretas, através da aplicação de coimas.-----

----- Seguidamente, interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que se reportou também à questão do Orçamento Participativo e manifestou o seu contentamento por existir um projeto vencedor da Freguesia do Seixo. Disse que no ano anterior também tinha existido um projeto do Seixo que tinha ficado em 2^o. lugar, que o objetivo era concretizar os projetos apresentados e que não percebia os comentários feitos pelo Sr. Gabriel Pinho quando dizia que era sempre para os mesmos, do mesmo modo que desconhecia o que o mesmo teria feito para que houvesse um projeto vencedor da freguesia de Carapelhos. Mais disse que tinha ficado um pouco desiludido com a adesão da população e que era da opinião que o Orçamento Participativo merecia uma grande reflexão e todos os agentes se deviam mobilizar no sentido de que essa participação fosse maior. Assim se fazia no Seixo, designadamente, o Centro Social e Paroquial do Seixo, na pessoa do Sr. Eng^o. Calisto Coquim e da sua equipa, que tinham trabalhado com afinco, mas também outros



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

movimentos tinham trabalhado e apoiado o projeto, ele próprio tinha andado de porta em porta a fazer a distribuição de *flyers* e apelando à participação. Disse também que no Seixo se tinham registado cerca de 160 votos presenciais e que tinha curiosidade em saber o número de votos presenciais nos restantes locais de voto.-----

----- Quanto aos projetos vencedores do ano passado, disse que, enquanto o que tinha ficado em 1º. lugar se reportava a projeto, portanto, a papéis, a documentação, o segundo era mais visível fisicamente, pelo que achava que já devia estar feito e que os Munícipes questionavam relativamente a isso, uma vez que já se estava a avançar para o 2º. ano de Orçamento Participativo.-----

---Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

---2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):-----

---Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, que se pronunciou relativamente a este último assunto ventilado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo e disse que lhe dava toda a razão, mas nem sempre as coisas corriam como se queria. No entanto, era intenção do Executivo, dentro das possibilidades, executar os projetos vencedores.-----

----- Deu os parabéns à Freguesia do Seixo e enalteceu a sua dinâmica, a qual tinha acompanhado pessoalmente. Disse que era isso mesmo que se pretendia, havia evidências da participação pessoal dos cidadãos na votação, o espírito do Orçamento Participativo era precisamente esse, de empenhamento dos Munícipes e participação ativa nas decisões e nos projetos importantes para o Concelho.-----

----- Deu uma nota de agradecimento relativamente às preocupações ali manifestadas pelo Dr. João Luis Pinho e pela reflexão feita pelo mesmo a



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propósito de problemas e questões existentes no Concelho e que a todos diziam respeito, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento de ações tendentes à existência de turismo todo o ano, para o que todos se deviam empenhar, no sentido de que o mesmo tivesse reflexos visíveis. Deu como exemplo a realização de eventos desportivos, destacando o “O Meeting”, no qual tinham participado cerca de dois mil e duzentos atletas, em que cerca de mil e seiscentos eram estrangeiros, o que tinha dado origem a que os estabelecimentos hoteleiros do Concelho tivessem um índice de ocupação elevadíssimo, com um reflexo que tinha chegado até às unidades hoteleiras dos concelhos vizinhos, tendo sido feito um estudo que refletia o retorno da realização desse evento no Município de Mira, estudo esse que poderia disponibilizar para consulta. Ainda dentro da área desportiva, reportou-se ao investimento feito pela Câmara Municipal na pista de corta-mato, havendo possibilidade de ali treinarem equipas nacionais e também estrangeiras, o que possibilitaria a vinda a Mira de pessoas fora da época balnear. Destacou também a realização de uma outra atividade importante que eram os festejos de Carnaval e ainda a passagem de ano, evento no qual se pretendia fazer uma forte aposta, até porque no corrente ano iria ser a uma quinta feira e interessaria atrair muita gente a Mira, possibilitando que prolongassem a estadia durante o fim de semana. -----

----- Relativamente à definição de prioridades, concordou que era necessária uma cobertura total do concelho a nível de saneamento, execução de passeios, etc., mas teria que ser encontrado o equilíbrio entre essas necessidades e a promoção de eventos que trouxessem a Mira turistas que incrementassem a economia, o emprego e a riqueza de que se carecia, sendo que o turismo era a atividade que gerava riqueza mais rapidamente, isto é, o turismo rapidamente se refletia na economia local, desde logo pela estadia nos hotéis, restauração, etc.



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relevou a importância do turismo da natureza, realçando os percursos pedonais, que já estavam referenciados com aplicações da Google e eram um forte potencial em termos turísticos, constituindo um importante nicho de mercado, muito procurado pelos turistas, sobretudo do norte da Europa. Assentiu que poderia ser promovido o prolongamento dos percursos, mas disse que a prioridade era fazer a manutenção dos circuitos já existentes, sem prejuízo de se poder vir a criar novos troços, logo que houvesse condições para isso.----

----- Quanto à questão das zonas lagunares, disse que a Câmara Municipal estava atenta e que ainda na semana anterior tinha havido uma reunião de trabalho do chamado “Grupo da Barrinha”, em que tinham estado presentes representantes do ICNF e da CCDR, no sentido de ser encontrada uma solução global para aquela lagoa, assim como também já tinha sido feita alguma coisa em relação à lagoa, com a criação de uma pequena praia fluvial onde já se tinha verificado a sua utilização, sobretudo por crianças, tendo ele assegurado aos pais que aquelas águas estavam próprias para banhos, face às análises que tinham sido feitas. Disse que era apenas necessário criar as condições favoráveis para a utilização das águas para banhos e também desmistificar um pouco o problema.-----

----- Ainda referindo-se à questão do turismo todo o ano, disse que tinha havido uma sessão temática da Assembleia Municipal em que o assunto tinha sido abordado e era com muito gosto que se disponibilizava para discutir o assunto pois, em seu entender, aquela era uma mola que poderia alavancar a economia local e a criação de riqueza.-----

----- O Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) sugeriu a colocação de uma placa, em local visível, que indicasse às pessoas que as águas estavam aptas para a prática de banhos, para além da necessidade de serem feitas análises com mais regularidade.-----

----- **3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que perguntou qual tinha sido o custo das obras de requalificação do centro da Vila e se teve ou iria ter financiamento comunitário. Afirmou que tinha ficado mais bonita, mas considerava, contudo, que se tratava de uma obra de luxo e gostaria de ver o dinheiro ali gasto empregue em outras coisas, como por exemplo, na beneficiação da estrada do Areal a Carromeu, na estrada do Areal à Rua do Matadouro e outras estradas tão degradadas como aquelas. No entanto, uma vez que a obra tinha sido feita, havia coisas que não entendia muito bem e achava que deveriam ser reparadas, como era o problema da faixa de circulação junto aos táxis, em que o trânsito afunilava muito até chegar aos semáforos e deveria ser corrigido, retirando o estacionamento e voltando à forma anterior, com possibilidade de criação de duas filas de trânsito. Outra situação que disse desgostar, prendia-se com o vaso que estava colocado na rotunda, porquanto se alguém um dia se lembrasse de retirar o vaso, acabava a rotunda. -----

----- Referiu-se, depois, ao parque desportivo municipal, antigo estádio do Ala-Arriba, para dizer que tinha sido previsto no orçamento do presente ano cerca de cem mil euros para projeto de melhoria dos balneários e feitura da sede do Ala-Arriba que já estava prometida há muitos anos e nada disso tinha sido feito, pelo que gostaria de saber o que estava previsto fazer-se.-----

----- Relativamente ao Orçamento Participativo, deu os parabéns ao projeto vencedor e afirmou que a freguesia do Seixo já tinha sido vencedora no ano transato e que, muito provavelmente, iria continuar a ganhar, dado que, reconhecidamente, existia união, ao mesmo tempo que seria difícil, numa freguesia como os Carapelhos, de reduzida dimensão, conseguir-se um projeto vencedor, pelo que, provavelmente, todos os anos se teria que fazer obras no Seixo.-----

----- Interveio a Sr.^a Dr.^a **Joana Muralha Teixeira** (PSD) que se referiu ao afluxo anormal de pessoas à Praia de Mira, durante o verão, o que era um motivo de



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regozijo para todos. Por outro lado, referiu também como bastante importante o facto de não se terem registado problemas de maior a nível de fornecimento de água e do funcionamento da rede de saneamento, apesar de número elevado de pessoas que tinham afluído à Praia de Mira.-----

----- **Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

---**3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

---Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, que confirmou o grande afluxo de pessoas à Praia de Mira, sobretudo no período de 10 a 20 de agosto, em que os serviços do Município tinham desempenhado um redobrado trabalho por forma a dar resposta a inúmeras situações. Aproveitou para deixar ali uma palavra de apreço ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, bem como aos técnicos e funcionários do Município que tudo tinham feito para assegurar o normal funcionamento das coisas.-----

----- Quanto ao custo da obra de requalificação do centro da Vila de Mira, disse que tinha sido de duzentos e setenta mil euros, financiado em 85%, a obra estava praticamente paga e esperava-se apenas que fosse formalizada a disponibilização da verba, assim como também se passava o mesmo com outras obras como a do saneamento na Ermida, saneamento na Praia, prolongamento da marginal da Praia de Mira, Bairro da Valeira e obra de requalificação do centro da Barra. Referiu também que tinha havido um acréscimo de cerca de cem mil euros na obra do centro da Vila, decorrente da substituição de condutas.-----

----- Relativamente à afirmação de que a obra de requalificação do centro da Vila de Mira era “uma obra de luxo”, esclareceu que dificilmente se conseguiria enquadrar uma obra de requalificação urbana no presente quadro comunitário e, por isso, se tinha optado pelas obras que eram candidatáveis. Obviamente,



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse, o asfaltamento de uma estrada também era necessário, no entanto não seria candidatável a financiamento comunitário, assim como também a execução de passeios não tinha enquadramento no atual quadro comunitário de apoio, por isso se tinha decidido fazer aquelas obras e não outras, muito embora pudesse ser discutível a opção tomada.-----

----- Sobre a faixa de rodagem junto aos táxis, disse que a situação estava a ser avaliada e, se se chegasse à conclusão que a situação deveria ser corrigida, não tinha problemas em assumir que não estava bem e proceder a essa correção.—

----- 4.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Interveio o Sr. **João Nogueira** (PS) que alertou para a necessidade de ser reparada uma legenda inscrita na base da estátua do pescador, na Praia de Mira, da autoria de um saudoso amigo do Concelho de Mira e da Praia de Mira, o falecido Maia Alcoforado que dizia “Os pescadores são a personificação ideal da raça porque não são apenas os mártires, são também os heróis”, legenda essa que estava gravada na pedra e cuja tinta tinha já desaparecido, tornando aquela quase ilegível, pelo que solicitou a sua reparação.-----

----- Reportou-se ainda ao modo como tinha decorrido a Mostra Gastronómica, felicitando o Executivo pelo êxito do evento.-----

----- Interveio o Sr. **Gabriel Miranda Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, que se reportou, de novo, ao Orçamento Participativo, para dizer que não dominava as novas tecnologias e, por isso, não votava, nem nunca mais votaria. Mais disse que 500 votantes, num universo de 11.000 eleitores, significava pouco ou nada para o Concelho. Não estava contra o facto do projeto vencedor ser do Seixo, afirmou que isso já não era de agora, sempre assim tinha sido e tinham trabalhado para isso, apenas era contra o facto de serem só quinhentas pessoas a votar, de um universo de onze mil.-----

----- Protestou, uma vez mais, por lhe ser concedido tão pouco tempo para intervenções, estando sempre a agradecer a cedência de tempo para poder falar,



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vez que apenas lhe cabia 3 minutos e afirmou que a discriminação continuava sempre a ser para a arraia-miúda.-----

----- Por fim, agradeceu os trabalhos de limpeza efetuados na Vala Velha, disse que estava feito um bom serviço, apesar de não terem sido efetuados alguns trabalhos, por impossibilidade das máquinas, dada a existência de lamas. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que, relativamente ao protesto do Sr. Gabriel Pinho, disse que o Regimento da Assembleia Municipal tinha sido aprovado por todos os partidos, não tinha havido intenção de prejudicar ninguém e que a democracia estava ali bem visível, tinha havido uma cedência do tempo a favor do Sr. Gabriel Pinho, por parte do PSD, assim como anteriormente também já tinha havido por parte do Partido Socialista e era assim que devia ser e que a democracia devia funcionar.-----

----- O Sr. Gabriel Pinho replicou que não tinha sido “ouvido nem achado” para lhe terem sido atribuídos apenas 3 minutos para intervenção.-----

---- **4.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

---O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer iria ser tomado em atenção o pedido do Sr. João Nogueira, no sentido da pintura da legenda inscrita na base da estátua do pescador, na Praia de Mira.-----

----- Quanto à intervenção do Sr. Gabriel Pinho, disse que, dentro do espírito democrático, este também podia contribuir, com as suas ideias, para que o Orçamento Participativo funcionasse, dando sugestões e ideias para melhorar o que estava mal e para que o mesmo tivesse sucesso.-----

----- O Sr. **Gabriel Miranda Pinho**, na resposta, disse que apenas tinha tido conhecimento da votação do Orçamento Participativo no próprio dia em que a mesma estava a decorrer. Mais disse que, nos Carapelhos, não tinha sido feita qualquer divulgação. Apenas tinha tido conhecimento de que iria decorrer a votação porque o Dr. Fernando Madeira o tinha contactado a solicitar a cedência



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das instalações da Junta de Freguesia para que fosse feita a votação, no entanto, não tinha aparecido ninguém para votar, por isso tinha optado por também não votar.-----

----- 5.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS), que, a propósito do Orçamento Participativo e na qualidade de elemento da direção do Centro Social Paroquial do Seixo fez questão de deixar ali um agradecimento público aos Mirenses que tinham abraçado o projeto, bem como às entidades que se tinham associado, nomeadamente a Junta de Freguesia do Seixo, na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Tiago Cruz que, ativamente, se tinha empenhado na sua divulgação.-----

----- Afirmou que o projeto tinha sido um sucesso porque se tinha conseguido fazer chegar o projeto à população, fazendo divulgação do mesmo em todos os eventos públicos e a fazer a sua explicação boca a boca.-----

----- Pegando na afirmação feita pelo Sr. Gabriel Pinho, asseverou que nem tudo ia para o Seixo, pelo contrário, para aquela Freguesia, nos últimos dois anos, tinha ido muito pouco, designadamente não tinha sido ainda concretizado o projeto do ano anterior, como também não tinha sido feita uma estrada junto ao Largo de S. João, conforme tinha sido prometido, situações questionadas até por um emigrante local, aquando da realização da votação no Orçamento Participativo. Lembrou também os apoios dados às associações no atual Executivo, em que tinha sido dado um apoio a Carapelhos de 10.000,00 € e a verba prometida para o Seixo ainda não tinha sido disponibilizada.-----

----- Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que era bem visto no Seixo, no entanto essa boa imagem podia desaparecer rapidamente, por tudo aquilo que tinha dito anteriormente, porque as pessoas chamavam à atenção para situações que eram prometidas e não eram cumpridas. Por vezes, até havia quem questionasse se não havia oposição naquela terra, o que lhe custava a ouvir e apelou para que não o deixassem ficar mal, nem a ele, nem ao Sr.



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que tinha sempre feito os possíveis por lembrar aquelas falhas da parte da Câmara Municipal.-----

----- Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que, relativamente ao Orçamento Participativo, disse que estava a favor da sua continuidade, entendia que era uma lacuna que existia na democracia, na participação no orçamento do Município e parecia que, agora que existia, não se queria tirar daí proveito. No que toca ao modelo, tinha dito no ano passado que não lhe parecia muito bem, no presente ano parecia-lhe mais justo. Afirmou que, como nunca se tinha empenhado em fazer campanha por nenhum projeto, achava que perdia a legitimidade para poder criticar. Por outro lado, entendia que o orçamento participativo era isso mesmo, quem tinha essa capacidade de se envolver é que acabava por usufruir do mesmo, era isso que estava na base de qualquer orçamento participativo e era normal que o Seixo, por ter sido uma população unida e ter desenvolvido esforços, tivesse conseguido vencer. Disse também que, no seu ponto de vista, não era o Seixo que tinha ganho, não eram apenas as pessoas do Seixo que iriam usufruir do projeto, não eram apenas os moradores da Lentisqueira que iriam usufruir do projeto vencedor no ano anterior, assim como não seriam apenas os residentes da localidade do Cabeço que iriam usufruir dos melhoramentos no crossódromo. Defendeu que cada vez mais se devia defender o Orçamento Participativo e se alguma sugestão tinha a fazer, era no sentido de ser aumentada a verba disponível para que os projetos pudessem ser mais ambiciosos e as pessoas se pudessem envolver mais, pois achava que uma das razões da falta de participação dos Munícipes se prendia com o montante da verba que era disponibilizada, uma vez que cinquenta mil euros não era verba muito aliciante, que desse para fazer grande coisa.-----

---- **5.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

---O Sr. **Presidente da Câmara** interveio e disse que estava plenamente de



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acordo com a opinião manifestada pelo sr. Eng^o. Calisto Coquim e propôs que, naquela sessão, fosse apresentada uma proposta para constituição de uma comissão alargada que propusesse as alterações julgadas necessárias ao Regulamento do Orçamento Participativo. Mais sugeriu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, que fizesse parte dessa comissão e apresentasse sugestões e que essa proposta fosse formulada e apresentada na próxima sessão de dezembro por forma a que fossem discutidas e aprovadas essas alterações de modo a serem contempladas para no Orçamento Participativo do próximo ano, sendo certo que a Câmara Municipal estava disponível para aumentar a verba a disponibilizar.-----

----- Quanto à falta de divulgação a que aludiu o Sr. Gabriel Pinho, disse que tinha sido feita divulgação no jornal “Voz de Mira”, publicado em finais de julho, por altura das festas de S. Tomé, assim como noutros jornais, durante o mês de agosto, bem como no *síte* do Município. Admitiu que pudesse não ter sido feita a melhor divulgação e que poderia ter sido feita muito mais, mas também não se tinha passado como o Sr. Gabriel Pinho tinha afirmado que não tinha sido feita nenhuma divulgação.-----

----- Agradeceu as palavras do Sr. Eng^o. Calisto Coquim e disse que pretendia manter uma boa imagem no Seixo e que, até ao início do ano iriam ser iniciadas as obras, a menos que houvesse alguma coisa que impossibilitasse de todo a sua execução.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.^o, do Anexo I, da Lei n.^o 75/2013, de 12 de setembro):-----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.^o 2, do art.^o 25.^o, do Anexo I, da Lei n.^o 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:

----- **1.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que afirmou que, quanto a este ponto, nada de relevante tinha a referir e que se disponibilizava a esclarecer o que fosse tido por conveniente.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----- Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR), que se referiu à descida da dívida a longo prazo, enquanto que a dívida a curto prazo tinha aumentado em agosto, pelo que solicitou esclarecimentos sobre isso.-----

----- Seguiu-se a intervenção do Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que se reportou ao conteúdo da página 52 do documento, designadamente à referência ao acompanhamento das amostragens e análises da qualidade da água para consumo humano, recomendando que, doravante, fossem também consideradas as zonas ditas balneares, como era o caso da Barrinha e da Lagoa de Mira.-----

----- Referiu-se, depois, à proposta de ampliação da ação do projeto Polis, nas valas para a Barrinha e envolventes, com controlo de espécies invasoras (jacinto, acácia) e afirmou que o caso das espécies invasoras era um “pau de dois bicos”, porquanto ainda recentemente se tinha feito a limpeza das valas e a maior invasora que eram as canas já estavam, novamente, a proliferar. Disse que a Câmara Municipal devia ser um pouco mais incisiva e sugeriu que fosse criada uma equipa de intervenção permanente, por exemplo com recurso a POC's, ou em articulação com as associações locais, já que os serviços do Município não tinham capacidade de dar resposta a tudo e que, durante todo o ano, pudesse fazer a limpeza manualmente dos pequenos cursos de água, limpando os jacintos e outras espécies invasoras e fazendo também alguma pequena manutenção e embelezamento.-----



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

---- 1.^a INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que tem sido preocupação da Câmara Municipal o melhoramento das zonas balneares, dos circuitos pedonais, da limpeza dos cursos de água e lagoas, etc., embora reconhecesse que muito havia ainda para fazer. -----

----- Relativamente à questão da dívida, esclareceu que tinha havido necessidade de ter os projetos financeiramente executados até 30 de setembro, o que tinha exigido um esforço financeiro mais elevado por parte do Município e ainda não havia esse retorno. Obviamente, ao fechar os projetos e ao fazer o seu pagamento tinha havido um reflexo nas contas e na dívida do Município. Disse que se tratava de um montante de cerca de trezentos mil euros, mas que seria corrigido logo que os financiamentos fossem disponibilizados. Afirmou que, comparando com anos anteriores, por exemplo o ano de 2013 ou 2014, eram cerca de mais de setecentos mil euros em investimento, em obra, até 31 de agosto, o que queria dizer que, o que tinha obrigado a um enorme esforço financeiro, para cumprir todos os prazos, mesmo os de pagamento, para não se perder o financiamento, sendo que este obrigava não só à execução física, como também à execução financeira.-----

----Não se tendo registado mais intervenções, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia.-----

----**PONTO DOIS: Aprovação, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº. 1, do artº. 33º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do alargamento da área geográfica do Município de Mira no**



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o assunto:

----- 1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que explicou que grande parte da área geográfica do Município de Mira não estava abrangida pelo sistema multimunicipal da SIMRIA (agora Águas do Centro Litoral, S.A.). Depois de análise feita, tinha-se chegado à conclusão que para ser possível a execução de saneamento em baixa, no atual quadro, as exigências em relação às águas residuais em alta eram enormes. Deu o exemplo da obra de saneamento na localidade da Ermida, no limite da área geográfica abrangida pelas Águas do Centro Litoral, pelo que tinha havido dificuldades aquando da aprovação da candidatura, uma vez que teria que ser feita prova do destino a dar aos resíduos, tendo sido emitida uma declaração daquela entidade a comprovar que aceitaria e recolha essas águas residuais. Disse que para que fosse possível fazer obras de saneamento nas diversas localidades do Concelho, como as Cavadas, no Ramalheiro, Ermida, Seixo, Carapelhos, etc. teria a Câmara Municipal que assegurar o tratamento dos resíduos porque essa área não estava abrangida pelo sistema multimunicipal e para se poder avançar para a execução física, candidaturas, etc. isso tinha que estar assegurado. Informou que o pedido tinha sido feito, estava em análise e ainda não havia uma resposta e também ainda não tinham sido negociados os pormenores. Disse que no Município de Vagos se tinha passado uma situação semelhante e tinha-se optado pela mesma solução, até porque não era certo que o Município, por si só, tivesse capacidade de resolver o problema, pese embora tivesse sido equacionada a possibilidade de recurso a etar's compactas. Todavia, o pensamento do Executivo em relação a isso tinha evoluído e chegado à conclusão que o Município não era uma entidade vocacionada para a recolha de resíduos, de modo a garantir toda a qualidade ambiental, por falta de capacidade técnica e de meios, além de que



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esses sistemas poderiam ser geradores de grandes custos de funcionamento. Para mais, lembrou que se perspetivava o recurso a uma candidatura ao PO-SEUR, sendo que para efeitos da sua aprovação pesava mais na avaliação a entrega do serviço de recolha e tratamento de resíduos a entidades que garantissem, em termos ambientais, uma qualidade que não poderia ser garantida pelos meios próprios do Município. Mais disse que a legislação referente à matéria em questão, nomeadamente as linhas orientadores do PO-SEUR levavam a concluir que, para efetuar obras de saneamento naquelas áreas, era conveniente que estivesse assegurado o respetivo tratamento das águas. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que solicitou um esclarecimento, no sentido de saber qual o caudal que a SIMRIA iria receber, que seria aumentado e se as obras já estavam feitas e preparadas para receber esse caudal ou não. Por outro lado, quis lembrar que aquele contrato era um “casamento” com a SIMRIA para a vida e, no início podia ser tudo muito bonito, mas com o passar do tempo as coisas podiam complicar-se e, quando chegasse a altura do “divórcio” podia ser ainda pior. Por último, questionou se tinham sido equacionadas outras alternativas.-----

----- **2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que afirmou que o contrato teria que ser negociado e submetido à Assembleia Municipal para aprovação. Do mesmo modo, disse que a SIMRIA teria que efetuar as obras necessárias para receção do caudal. Quanto às alternativas possíveis, disse que a única viável seria o recurso a mini - etar's, sendo o Município responsável pelo devido tratamento ou a ligação a um sistema multimunicipal, sendo que a ligação às “Águas de



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Coimbra”, seria uma solução pouco exequível, dado que quase todo o território do Concelho de Mira estava inserido no sistema da SIMRIA.-----

----- Referiu ainda que o problema tinha que ser equacionado em termos de escala, porquanto talvez fosse possível apoio para execução do saneamento em baixa, mas já quanto ao saneamento em alta, seria difícil obter financiamento comunitário para o recurso a etar’s e tinha sido com base nessa perspetiva que se tinha optado pelo acordo cujo contrato, obviamente, seria analisado e submetido à Assembleia Municipal para aprovação e discussão dos termos técnicos e das condições de adesão.-----

----**VOTAÇÃO:**-----

----- Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com os votos a favor, dos elementos do Partido Social Democrata e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, Sr. Gabriel Pinho e a abstenção dos elementos do Partido Socialista e do Movimento Autárquico de Renovação. Não se registou qualquer voto contra.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia.-----

---**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos da alínea k), do nº. 1, do artº. 25º, do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do reconhecimento de Interesse Público Municipal de exploração de pecuária.**-----

---**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:**-----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que explicou que o D.L. nº. 165/2014, de 05 de novembro, previa o regime de carácter extraordinário para a regularização das atividades pecuárias, entre outras e um dos passos que era necessário dar era precisamente o reconhecimento do interesse público

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 24/09/2015



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal dessas explorações de atividades industriais. Em paralelo, o requerente teria também que conseguir a aprovação em matéria ambiental. O Executivo entendia que era de interesse municipal a existência da exploração pecuária em causa, uma vez que a mesma assegurava postos de trabalho, criava riqueza para o Concelho e era importante para o funcionamento da economia local, daí que era submetida à aprovação do Órgão Deliberativo do Município a pretensão em causa.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----- Interveio o Sr. Dr. **João Luis Pinho** (PS) que afirmou que, mais uma vez, estavam ali para reconhecer o interesse público municipal de um projeto, que já existia e ainda bem. Recordou os casos do “Lago Real”, “Miroлива”, um outro empreendimento na Lagoa de Mira, na área do turismo, em que tinha sido reconhecido o interesse municipal, de forma a garantir aos promotores a possibilidade do desenvolvimento de uma atividade económica que, nalguns casos, já era desempenhada antes. Disse que sentia um pouco de pena que a questão do interesse público fosse ele municipal ou não, surgisse constantemente para a resolução de factos consumados e que não se conseguisse dar aquela dignidade de interesse público a outros setores, nomeadamente em bens patrimoniais existentes no concelho, fossem eles da área do ambiente, da arquitetura, como Igreja de Mira e Pelourinho, de reconhecido valor arquitetónico e também a casa gandaresa, o sistema dunar, etc, coisas tão dignas como as demais e importantes para a comunidade como um todo. Manifestou, desde logo, o seu apoio aos empresários, presentes na sala, e declarou o seu voto em prol do reconhecimento do interesse municipal. No entanto, reiterou que gostaria que a questão do interesse público fosse também aplicado a outras áreas. Por fim, fez votos para que os empresários



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conseguissem inverter a tendência atual e conseguissem desenvolver mais a atividade, aumentar os postos de trabalho, etc., em prol do desenvolvimento da comunidade.-----

----- Interveio o Sr. **Prof. Paulo Grego** (PS) que disse que não se sentia nada confortável com a situação, porquanto ao ler uma informação nº. 77/2015, da DPCPOA, que dizia que *“realizada a visita ao local e consultada toda a documentação existente no processo, entende-se que é possível enquadrar este uso/atividade no regulamento do plano Diretor Municipal através do regime extraordinário previsto na lei, salvaguardando o cumprimento de todas as normas e mecanismos de proteção ambiental, de saúde pública e de segurança, que sejam impostas e/ou aconselhadas por todas as entidades com competência nesta matéria”*, não se considerava capaz de colocar em causa a petição. Disse que bem sabia que tudo aquilo era apenas uma formalidade, mas não se sentia competente ao ponto de dizer que sim ou dizer que não. Para si o que estava mal era usar a tão nobre declaração de interesse público municipal para legalizar um investimento que estava feito, pese embora o seu voto fosse favorável. O que o entristecia era que não fosse usado aquele mesmo instrumento para reconhecer o conglomerado de Mira, a casa gandaresa, os caretos da Lagoa e não se sentia muito confortável para votar porque não tinha conhecimentos técnicos para isso, mas estava claramente a favor, até porque já tantas vezes ali tinham sido votadas situações idênticas, mais vezes até do que gostaria, uma das últimas vezes tinha sido a isenção de IMI ao Clube Domus Nostra. Naquele caso em concreto, achava que os instrumentos de ordenamento deveriam autorregular-se a eles próprios, assumindo a responsabilidade e não passarem o ónus para a Assembleia Municipal, apesar de existir já um parecer favorável dos técnicos do Município. Por fim, reafirmou que estava completamente a favor da emissão da declaração em causa.-----

----- Seguiu-se a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carapelhos **Gabriel Pinho** que disse que conhecia muito bem a exploração em causa e que, mesmo reconhecendo que a mesma não se encontrava instalada no sítio mais apropriado, também reconheceu que, atualmente, não era fácil construir umas instalações novas e por isso, tendo em conta que se tratava de uma atividade que se tinha conseguido manter em funcionamento, ao contrário de outras do género no concelho que tinham encerrado, pelo que o proprietário deveria ser ajudado e deveria ser aprovada a proposta em questão.-----

----- A terminar, apelou para que a Câmara Municipal desbloqueasse o processo de um produtor agrícola da sua Freguesia, o maior produtor de leite do Concelho, o qual tinha já os pareceres favoráveis de todas as entidades, faltando apenas a emissão de licença por parte da Câmara Municipal.-----

----- O Sr. **Pedro Nunes** (PSD) interveio e disse que tinham sido já votadas variadíssimas declarações de interesse público municipal naquele Órgão e que, no tocante a uma delas, relativa a uma empresa que já não estava no Concelho, tinha dito que o retorno que a Câmara Municipal iria ter não daria para pagar as senhas de presença devidas por uma sessão da Assembleia Municipal, no entanto tinha sido declarado o interesse municipal. Tinha também sido declarado o interesse municipal da “Acuinova” e o processo disponibilizado para análise constava de uma simples folha A4, ao contrário do que se podia verificar no caso presente, em que havia um processo bem documentado, com toda a informação necessária, o que era de louvar. Terminou e disse que desejava que o assunto fosse regularizado tão breve quanto possível, de forma a que a empresa pudesse continuar a crescer.-----

----- **2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que se tratava de um regime de carácter extraordinário, como constava da proposta. O Governo tinha reconhecido a existência daquelas explorações, era necessário proceder à sua legalização e obrigar ao cumprimento das regras ambientais e um dos passos



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do procedimento era o reconhecimento do interesse público municipal. -----

----- Quanto às declarações de interesse público a que aludiu o Dr. Paulo Grego, disse que a Câmara Municipal estava recetiva, logo que fosse instruído o respetivo procedimento.-----

----**VOTAÇÃO:**-----

----- Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto quatro da ordem do dia.-----

----- **PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 2º. revisão orçamental e 2ª. revisão às GOP's – Ano de 2015.**-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:-----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que explicou que aquela revisão orçamental, no valor global de trinta e seis mil e quarenta e oito euros (36.048,00 €) era necessária para que o Município se candidatasse aos avisos no âmbito do PO-SEUR, em que um dos requisitos era a inscrição orçamental que garantisse a existência de contrapartida nacional para a realização da operação, ou seja, teria que existir rubrica orçamental inscrita para a componente nacional da candidatura, daí que não havendo essa rubrica e de modo a permitir que o Município apresentasse candidatura, era imperiosa aquela revisão orçamental.-

----- Esclareceu que era necessária a existência de um cadastro atualizado do sistema de água, que permitiria saber todo o tipo de condutas existentes, a que profundidade se encontravam, qual o seu diâmetro, os materiais de que as mesmas eram feitas, os desperdícios de água, etc., para além de que um dos requisitos da candidatura era também ter-se um conhecimento da rede acima



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos 40%. Havia também a obrigatoriedade de ser feito um acompanhamento durante 6 anos de toda a monitorização, eficiência da rede, etc., sendo que a entidade financiadora só disponibilizaria financiamento a quem tivesse esse conhecimento da rede, isto é a quem tivesse esse estudo realizado e o primeiro financiamento seria precisamente para fazer esse estudo.-----

----- Por outro lado, disse que a revisão orçamental tinha também a ver com a questão da valorização dos resíduos e que os serviços técnicos estavam a trabalhar na elaboração de um projeto para um eco-centro junto aos armazéns municipais que pudesse recolher os resíduos, como entulhos e outros, sendo intenção da Câmara Municipal valorizar a parte ambiental envolvente por forma a que fosse possível criar uma interação com as escolas, com visitas ao local, etc. para verificarem o seu funcionamento.-----

----- Falou também da possibilidade de instalação de contentores tipo “molok”, sobretudo na Praia de Mira, em que se impunha a sua colocação de contentores enterrados, sobretudo no verão.-----

----- Nesta altura, eram cerca de 19:30h, ausentou-se da reunião o Sr. Dr. Paulo Grego.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----- Interveio o Sr. Eng^o. Calisto Coquim (PS) que afirmou que tinha que ser coerente, já que, por mais que uma vez, ali tinha sido reclamada a questão do tratamento dos lixos, pelo que votaria favoravelmente a revisão orçamental proposta.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos **Gabriel Pinho** usou da palavra e disse que, até que as intenções da Câmara Municipal se concretizarem, o que levaria algum tempo, deveria ser feita a sensibilização e informação dos Municípes para a correta deposição de resíduos,



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

designadamente os resíduos provenientes de podas de árvores e afins que eram recebidos pela empresa “Leal & Soares”, da Zona Industrial que dava o devido tratamento a esses resíduos. Mais sugeriu a colocação de avisos junto aos contentores do lixo, para informação da população.-----

----- O Sr. Engº. **André Frederico Monteiro** (MAR) sugeriu a colocação de caixotes do lixo de cor diferente, castanha ou cor de laranja, para receção desses resíduos. Mais sugeriu a existência de uma parceria com a referida empresa “Leal & Soares”, para efetuar a sua recolha.-----

----- **2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** concordou com as sugestões propostas e disse que, para além disso, era também importante alertar as entidades fiscalizadoras.-----

----- O **Sr. Vereador Nelson Maltez** interveio e completou dizendo que tinha que ser feita uma reflexão relativamente à temática dos resíduos sólidos urbanos e fazer um grande esforço a nível da educação ambiental dos Municípios, assim como, tal como o Sr. Presidente da Câmara tinha referido, também era necessário algum esforço da parte das entidades fiscalizadoras.-----

----- Disse que algumas coisas eram feitas por desconhecimento, mas que outras eram propositadas, como era o caso de deposição de restos de fibrocimento, como tinha sido detetado nos Carapelhos e lembrou que a Câmara Municipal tinha um serviço de recolha de monos que podia ser acionado com um simples telefonema. Por último, informou que o tratamento de cada tonelada de resíduos custava ao erário público setenta e cinco euros.-----

-----**VOTAÇÃO**-----

----- Submetido a votação, o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto cinco da ordem do dia.-----



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO CINCO: Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º e n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2016.**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:-

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que explicou que a proposta era semelhante à do ano anterior, no sentido de manutenção da mesma taxa mínima.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

----- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

----Interveio o Sr. Eng.º **André Frederico Monteiro** (MAR) referindo que, embora a taxa se mantivesse pelo mínimo, entendia que o executivo poderia ter ido um pouco mais longe, no sentido de ser possível o desconto para famílias com dependentes a cargo, tal como estava previsto legalmente e tinha sido adotado por muitos Municípios.-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que essa medida já tinha sido aprovada pelo Executivo Municipal e também na sessão da Assembleia Municipal realizada em fevereiro do corrente ano. A única questão que subsistia era que essa aprovação tinha sido feita de acordo com as regras do Orçamento de Estado para 2015, que aplicava a redução apenas às famílias que se encontrassem abaixo do índice mínimo remuneratório e, posteriormente, por uma questão de tratamento igualitário, essa redução tinha sido aplicada à



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

generalidade das famílias com dependentes. Naquela mesma data, tinham sido recebidas instruções da Autoridade Tributária, no sentido de que a deliberação tomada pelo Executivo era válida e eficaz e aplicável a todas as famílias do Concelho, com dependentes a cargo, não necessitando de ser retificada pelos órgãos municipais.-----

----VOTAÇÃO-----

----- Submetido a votação, o ponto cinco da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto seis da ordem do dia.-----

----**PONTO SEIS: Tomada de conhecimento e de posição relativamente ao Relatório do Procº. de Inspeção nº. AOT/11/14 - IGAMAOT, nos termos do nº. 2 do artº.35º., em articulação com a alínea g) do nº. 2 do artº. 25º., ambos do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento:**-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que aquele era o relatório final elaborado na sequência de inspeção ao Município de Mira pela IGAMAOT e que era bom que todos tivessem conhecimento e a perfeita consciência do seu conteúdo.-----

----- Disse que o mesmo tinha incidido bastante no caso de construções em área de REN e tinham sido detetadas algumas em cujos processos tinha sido detetada a ausência dos necessários pareceres daquela entidade. Algumas das questões tinham sido contestadas pela Câmara Municipal, algumas tinham sido acolhidas e outras não e havia algumas situações em que a defesa tinha um entendimento diferente daquele que era acolhido pelos Inspetores. Salientou o



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que considerava como mais grave que era toda a envolvente da Barrinha e a grande conquista daquele relatório tinha sido conseguir que o mesmo propusesse a criação de um grupo de trabalho para a resolução daquelas situações, tendo essa proposta merecido aprovação por parte do Sr. Ministro que tinha despachado favoravelmente no sentido da criação de um grupo de trabalho entre elementos da CCDR, da Câmara Municipal e ainda outras entidades. Isso iria permitir à Câmara Municipal entrar num processo de estudo mas também num processo negocial e de contraditório, no qual se pretendia englobar outras situações, como era o caso do Clube Náutico e os Parques de Campismo em que o relatório apontava para a necessidade de existência de um estudo de impacte ambiental, pese embora a Câmara Municipal e a própria CCDR entendessem o contrário, já que através da área já desafetada da REN e do Plano de Urbanização se conseguiria resolver o problema e validar todas essas situações. Os Inspetores entendiam que não, mas os custos de um estudo daqueles eram elevadíssimos e os Parques de Campismo já existiam ali há muitos anos. Afirmou também que tinha esperança que o grupo de trabalho ajudasse a resolver o problema e que todos deveriam estar unidos e deviam ser congregados todos os esforços, independentemente das questões partidárias de cada um, para que se conseguisse ultrapassar aquelas dificuldades.-----

----- Informou que tinha tentado sensibilizar o Sr. Ministro do Ambiente para a existência de situações consolidadas, como era o caso da existência de uma aldeia que não podia agora ser deitada abaixo, pelo que teria que se arranjar uma solução para o problema, até porque mexia com zonas ribeirinhas, de consolidação das margens da Barrinha, etc.-----

----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) que referiu que estava ali o Estado no seu melhor, acabando por criar uma “embrulhada” no próprio Estado. Quanto às obras particulares existentes e implantadas onde não deviam, entendia que deveriam manifestar-se contra, mas havia uma grande parte de investimento



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal que estava afetado na sua credibilidade, por ter sido executado em zona de REN, mas com a anuência e o apoio de todos os organismos envolvidos, desde logo a CCDR, a APA, Instituto Nacional das Florestas, etc. e era pena constatar que o Estado não se entendia com ele próprio e, no fundo, todos ali eram acusados de laxismo porque não tinham atuado quando deviam e a responsabilidade era de todos e não apenas dos Executivos, quer do atual, quer dos anteriores, porquanto todos eram culpados por não ter denunciado as situações existentes e que eram do conhecimento de todos.-----

----- Mais questionou o facto do relatório estar datado de abril e só agora estar ali para ser tomada uma posição pela Assembleia Municipal e perguntou se o mesmo apenas se tornava válido a partir do momento em que era submetido àquele Órgão.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que tudo estava a ser tratado dentro dos prazos e que dentro daquele iato de tempo tinham sido cumpridos os procedimentos legais previstos, como a audiência prévia.-----

----- Esclareceu ainda que o grupo de trabalho tinha sido criado apenas para resolver o problema da envolvente da Barrinha, a zona da Videira e o que se pretendia era que a Assembleia Municipal tomasse posição no sentido de que esse grupo de trabalho funcionasse para todas as situações elencadas no relatório, incluindo-se, assim, a questão do Clube Náutico e dos Parques de Campismo.-----

----- A finalizar, disse que as situações públicas eram preocupantes, mas os problemas privados não eram menos e ninguém podia ignorar que as mesmas existiam e estavam inseridas em áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** suspendeu os trabalhos por alguns minutos e, de seguida, foi posta à aprovação uma proposta no sentido de ser alargada a área de intervenção do grupo de trabalho de modo a que todas as situações elencadas no relatório referente ao processo de Inspeção nº.



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AOT/11/14 da IGAMAOT possam ser devidamente analisadas e equacionada a sua solução.-----

----**VOTAÇÃO**-----

----- Submetida a votação, a citada proposta foi **aprovado por unanimidade**.--

-----**ENCERRAMENTO**:-----

----- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão cerca das vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, *Dr.*)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, *Prof.*)